

17 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

Justiça começa a ouvir testemunhas da ZR3 na esfera criminal

Produtor Junior Zampar, considerado o principal denunciante do suposto esquema, reafirmou em juízo teor relatado ao MP

Guilherme Marconi

Reportagem Local

Absolvidos pela Câmara Municipal de Londrina em votação apertada há exatamente um mês, os vereadores afastados Mario Takahashi (PV) e Rony Alves (PTB) voltaram a enfrentar um julgamento. Desta vez, trata-se da audiência de instrução da Operação ZR3, na qual eles estão entre os 13 réus no processo criminal que apura um suposto esquema criminoso de cobrança de propina para mudança de zoneamento urbano com tratativas que passavam pelo Legislativo. O juiz da 2ª Vara Criminal de Londrina, Delcio Miranda da Rocha, ouviu nesta terça-feira (16) as 12 testemunhas arroladas pelo Ministério Público. Entre elas, o agricultor Junior Zampar, considerado o principal denunciante do esquema.

Além dos vereadores afastados, as testemunhas citaram conversas consideradas comprometedoras de Ossamu Kaminagakura, que seria

o braço da suposta organização criminosa na Prefeitura de Londrina. O ex-diretor de loteamentos da Secretaria de Obras foi demitido no mês passado após responder a um PAD (Processo Administrativo Disciplinar). As testemunhas também citaram nos depoimentos a participação do ex-membro do CMC Luiz Guilherme Alho, apontado como o "lobista" do esquema, e de Ignez Dequech, ex-presidente do Ippul (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina).

Na denúncia, Ignez e Alho teriam oferecido ao agricultor orçamentos com valores milionários para ajudá-lo a alterar o zoneamento de um lote industrial para zona residencial. Em depoimento, Zampar confirmou que Ignez disse que os valores não seriam apenas para pagar o EIV (Estudo de Impacto de Vizinhança). "Foi ela que me procurou e foi me visitar na fazenda. Quando eu perguntei se o valor a mais era para pagar propina, ela confirma", disse Zampar ao juiz. Outros dois empresários que também foram supostamente

beneficiados por mudança de zoneamento - Wagner Fronja e Vander Mendes - foram citados nas conversas colhidas e estavam presentes na audiência.

TRATATIVAS

Junior Zampar disse ao juiz que procurou Mario Takahashi em 2013 para saber como poderia mudar o zoneamento da sua propriedade rural para melhorar o valor de venda para uma empresa que tinha interesse em construir um condomínio residencial. Segundo o agricultor, Takahashi teria pedido R\$ 1 milhão em propina para prosseguir com o trâmite na Câmara. O primo de Junior, Carlos Zampar, confirmou o encontro em um barracão na zona sul, mas disse que o vereador teria oferecido para ser corretor do negócio, negando ter tratado de valores.

CONTINUA

17 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Também foram ouvidos um caseiro e um amigo de Carlos Zampar, que teriam ouvido conversas sobre o encontro. Entre as testemunhas do Gaeco ainda estavam uma servidora municipal, um arquiteto, duas empresárias e dois policiais que participaram das investigações.

Os advogados de defesa tentaram desqualificar a testemunha-chave e também as provas colhidas pelo Gaeco. Em vários momentos, questionaram como Zampar foi orientado e como gravou as conversas. “Quando começaram a surgir esses valores, começamos a desconfiar dessa discrepância”, disse Zampar no final do depoimento. “Eu acho errado pagar propina, avisamos nossa família. Não pagamos, não pagaria, por isso decidi entregar as gravações. Eles podem alegar o que quiserem, mas me chamar de corrupto nunca.”

O coordenador do Gaeco, Jorge Barreto, considera normal a estratégia da defesa em atacar defeitos nas provas produzidas. “Os indícios e os diálogos são bem claros. É natural atacar os depoimentos das testemunhas. O Ministério Público acredita que as testemunhas ouvidas hoje (terça) confirmaram e testemunharam os fatos levantados na denúncia”.

OUTRALADO

As defesas de Mario Takahashi, Rony Alves e Osamu Kaminagakura preferiram não falar com a imprensa. O advogado de Luiz Guilherme Alho, Luciano Molina, disse que a acusação induz que os valores cobrados pelo empresário são cobrança de propina. “Ele é referência nacional nesta área. Não há prova nenhuma, é um absurdo.” Molina disse que o trabalho dele não é de realizar o EIV, mas de acompanhar os trâmites dos processos de zoneamento na Câmara e demais secretarias. “São órgãos que precisam dos pareceres técnicos.” Questionado sobre o “trânsito livre” que Alho teria na Secretaria de Obras, o advogado informou que “não apresentaram provas” e que foram “ilações” e “acusações levianas.”

17 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

Ameaça a Rosa Weber será investigada

Camila Mattoso
Folhapress

Brasília - A Polícia Federal montou uma equipe para reforçar a segurança da presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a ministra Rosa Weber, após uma ameaça enviada por rede social. Um inquérito também foi aberto para investigar o autor dos recados. Como mostrou a Folha de S.Paulo terça-feira (16), o texto enviado, em tom ameaçador, dizia que Jair Bolsonaro (PSL) está eleito e que haverá revolta popular se as urnas não confirmarem o resultado. "A senhora vai ver o povo na rua e os caminho-

neiros parando este Brasil até que tenha novas eleições e com voto impresso", está na mensagem.

A presidente do TSE já contava atualmente com segurança do Supremo Tribunal Federal, mas a PF decidiu mandar reforços. Mensagens intimidatórias para o tribunal e funcionários têm sido comuns, mas o caso chamou atenção por ser o primeiro com Weber como destinatária. "Espero que a sra. fique de olho", diz o texto. O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, afirmou que "obviamente representa um crime" a mensagem enviada ao TSE.

TSE e Whatsapp discutem fake news

Brasília - O conselho consultivo sobre internet e eleições criado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) apresentou na tarde desta terça-feira (16) por meio de videoconferência a representantes do WhatsApp duas propostas para reduzir a proliferação de fake news nas eleições no Brasil.

O segundo turno está marcado para o dia 28 de outubro. A iniciativa é encampada pelas organizações Safernet Brasil e CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil), que fazem parte do conselho.

O documento que as or-

ganizações levaram para ser discutido na reunião com o WhatsApp foi protocolado no tribunal no início da tarde. A primeira iniciativa trata sobre quais medidas técnicas podem ser tomadas para mitigar o risco de o WhatsApp se tornar uma arma na informação falsa: duas delas são reduzir o número de mensagens encaminhadas para cinco e indicar ao destinatário se a mensagem foi repassada ou criada originalmente por quem a enviou. A segunda iniciativa trata sobre medidas relacionadas à veracidade das informações compartilhadas pelos usuários.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Abuso de poder no IAP

17 OUT 2018

A Justiça condenou o ex-presidente do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) Luiz Tarcísio Mossato Pinto por abuso de poder. De acordo com investigação da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca, entre 2013 e 2014 ele transferiu para outra cidade e afastou das funções de fiscalização servidor que havia autuado diversas empresas por irregularidades ambientais em Paranaguá, no litoral do Estado. A condenação é uma resposta à ação civil pública por improbidade administrativa ajuizada pelo MP (Ministério Público) do Paraná.

Parlamentares na mira da Justiça

Levantamento realizado pela ONG Ranking dos Políticos, que atua na fiscalização da gestão dos parlamentares brasileiros, aponta que os atuais deputados federais e senadores possuem, somados, 1.274 inquéritos e processos judiciais envolvendo ações de sua vida pública. A bancada campeã é a de São Paulo, que responde a 200 processos judiciais, seguida por Minas Gerais, com 100, Santa Catarina (86) e Rio de Janeiro (81). As informações foram coletadas no Portal da Transparência e sites dos Tribunais de Justiça. O Paraná está em 20º no ranking, com 33 parlamentares respondendo a 51 processos, o que dá uma média de 1,55.

Os crimes mais comuns

Apenas com as práticas de lavagem de dinheiro, corrupção passiva e formação de quadrilha são 42 inquéritos e processos em andamento, no total. Entre os investigados que aparecem na relação estão os senadores Gleisi Hoffmann (PT-PR), Fernando Collor (PTC/AL), Renan Calheiros (MDB/Alagoas), José Serra (PSDB/SP), Eunício Oliveira (MDB/CE), Edison Lobão (MDB/Maranhão), Aécio Neves (PSDB/MG) e Antonio Anastasia (PSDB/MG), além de deputados federais.

O sigilo **MAZZA**

Ainda em discussão nos meios jurídicos o que fazer com o sigilo em torno das delações premiadas do ex-diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, Nelson Leal. A Procuradoria Geral do Estado, que deu suporte e orientou o pedido de intervenção, já subdimensionado cautelarmente pelo julgador do feito, não desiste. O entendimento é o de que se a delação for revelada todo o sistema de gestão rodoviária no Brasil estará sob risco, ainda mais se as anomalias se reproduzirem em outras praças como aqui.

Impacto

A Lava Jato do Rio condenou o ex-secretário de Obras da gestão de Eduardo Paes, Alexandre Pinto, a 23 anos, 5 meses e 10 dias de prisão por lavagem de dinheiro. Como se vê, a ação do juiz Marcelo Bretas não se limita ao governo estadual e sucessores de Sergio Cabral. Isso está tendo forte repercussão na sucessão estadual porque o ex-prefeito do Rio de Janeiro disputa o segundo turno para o governo estadual.

17 OUT 2018

FOLHA DE LONDRINA

PF indicia Temer, filha, coronel Lima e mais oito

Ex-deputado federal paranaense Rodrigo Rocha Loures é um dos indiciados no âmbito das investigações do inquérito dos Portos

Brasília - A Polícia Federal indiciou o presidente Michel Temer, a sua filha Maristela de Toledo, o ex-deputado federal Rodrigo Rocha Loures (MDB-PR), o coronel reformado da Polícia Militar João Baptista Lima Filho (amigo do presidente conhecido como coronel Lima) e arquiteta Maria Rita Fratezi (mulher do coronel), além de executivos da Rodrimar e do grupo Libra no âmbito das investigações do inquérito dos Portos, que apura se houve favorecimento a empresas do setor portuário na edição de um decreto de 2017. Ao todo, 11 pessoas foram indiciadas pela PF, que entregou nesta terça-feira (16) a conclusão das investigações ao gabinete do ministro Luís Roberto Barroso, relator do caso.

A Polícia Federal também pediu a Barroso o bloqueio de bens de todos os indiciados - inclusive de Temer - e a prisão preventiva de quatro deles: do coronel Lima e sua mulher, além de Carlos Alberto Costa e Almir Martins Ferreira, que atuaram respectivamente como sócio e contador do coronel. O ministro vai aguardar um parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR) para decidir sobre esses pedidos. A PGR tem 15 dias para se manifestar.

Segundo Barroso, o relatório da PF aponta a ocorrência dos crimes de corrupção passiva e ativa, lavagem de dinheiro e organização criminosa. A organização criminosa seria dividida em quatro núcleos: político, administrativo, empresarial (ou econômico) e operacional (ou financeiro).

Em seu despacho, o ministro destaca que a PF afirmou ter produzido provas de "naturezas diversas" que "incluíram colaborações premiadas, depoimentos, informações bancárias, fiscais, telemáticas e extratos de telefone, laudos periciais, informações e pronunciamentos do Tribunal de Contas da União" sobre as irregularidades no decreto dos Portos.

A PF, diz Barroso, teria apurado fatos ao longo do inquérito "envolvendo propinas em espécie, propinas dissimuladas em doações eleitorais, pagamentos de despesas pessoais por interpostas pessoas - físicas e jurídicas -, atuação de empresas de fachada e contratos fictícios de prestação de serviços, em meio a outros." A reportagem não conseguiu contato com os indiciados.

EM CURITIBA

Antes do indiciamento pela PF, Temer esteve em Curitiba na manhã de terça, para dar uma palestra na sede da Associação Comercial do Paraná (ACP). Ele criticou o "calor eleitoral" no Brasil e pediu que o próximo mandatário siga uma "estrada institucional" para o País. "De vez em quando, eu vejo as pessoas no calor eleitoral; isto é ruim para o país", afirmou, sem citar nomes. "Você chegar e querer dizer uma coisa durante a campanha eleitoral, e depois não consegue cumprir. Sobretudo lançar eventuais falsidades." (Colaborou Follhappress)

17 OUT 2018

O ESTADO DE S. PAULO

General defende impeachment e prisão de ministros do Supremo

Deputado eleito pelo PSL, Girão Monteiro diz que medida se insere em 'plano de moralização das instituições da República'

O general Eliéser Girão Monteiro Filho, deputado eleito pelo PSL no Rio Grande do Norte, defendeu o impeachment e a prisão de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) responsáveis pela libertação de políticos acusados de corrupção, como o ex-deputado José Dirceu (PT) e os ex-governadores do Paraná Beto Richa (PSDB) e de Goiás Marconi Perillo (PSDB). Segundo ele, "o impeachment de vários ministros" se insere em um "plano de moralização das instituições da República".

"Não tem negociação com quem se vendeu para o mecanismo", escreveu em sua conta no Twitter, em referência à série da Netflix sobre a Lava Jato. "Destituição e prisão", completou. Ao ser questionado pelo Estado, o general ratificou o disse: "É isso. O Senado tem de cumprir o papel dele." O impeachment de ministros do Supremo deve ser votado pelo Senado e aprovado por dois terços da Casa. Ele é possível em caso de crime de responsabilidade, como proferir julgamento quando suspeito na causa ou exercer atividade político-partidária.

Girão é um dos dois generais eleitos para a Câmara pelo PSL de Jair Bolsonaro. Teve 86 mil votos no Rio Grande do Norte. É da turma de 1976 (Tuma 31 de Março) da Academia Militar das Agulhas Negras e é próximo ao general Augusto Heleno Pereira. Girão passou para a reserva em 2009 em protesto à retirada de fazendeiros da área da reserva indígena de Raposa Serra do Sol, em Roraima. O "Brasil é

• cadeia

"No plano de moralização das instituições, está o impeachment de vários ministros do STF.

Destituição e prisão."

Eliéser Girão Monteiro Filho

GENERAL E DEPUTADO ELEITO DO PSL

um país onde a lei tem de ser respeitada por todos. Só porque alguém é presidente, ele deve responder apenas quando deixa a Presidência?", questionou. Em seguida, disse que se referia ao presidente Michel Temer.

O militar citou ainda os casos dos ex-governadores tucanos soltos recentemente por decisão do ministro Gilmar Mendes (STF). "Aí o cara é solto pelo ministro do Supremo. Evocê sabe que não manda soltar por acaso", disse. Ele defendeu ainda que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, condenado e preso pela Lava Jato, seja retirado de sua cela na Superintendência da Polícia federal (PF) em Curitiba, e enviado para um presídio comum.

Também defendeu classificar as invasões de terras e propriedades urbanas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra como crime de "terrorismo". "O (João Pedro) Stédile (líder do MST) foi recebido por Lula no Planalto e advogou a desobediência civil. Se eu estivesse lá, dava voz de prisão para esse cara." O general disse que o País precisa voltar a ser uma "democracia plena, com a independência dos poderes para que as leis sejam cumpridas". Para ele, a moralização deve "começar pelo Congresso". /M.G.

17 OUT 2018

O ESTADO DE S. PAULO

PF apura ameaça à presidente do TSE

Pedido de abertura de investigação foi feito pela Corte após receber mensagem segundo a qual a população vai às ruas se urnas forem fraudadas

Amanda Pupo | BRASÍLIA

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pediu à Polícia Federal que investigue uma mensagem enviada à Corte Eleitoral direcionada à sua presidente, ministra Rosa Weber, em tom de ameaça. Recebido por meio de uma rede social do tribunal, o texto diz que o candidato à Presidência pelo PSL, Jair Bolsonaro, está “matematicamente eleito” e que, “se as urnas forem fraudadas”, a população vai para as ruas até que tenha nova eleição com voto impresso. “Experimente deixar que isso aconteça”, diz parte da mensagem.

Para o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, o caso “obviamente representa um crime”. “Obviamente representa um delito, um crime, e tem de ser identificado quem o fez para ser legalmente punido”, afirmou Jungmann, após assinar um termo do ministério com o TSE relativo à atuação dos mesários no segundo turno das eleições.

O ministro disse que Rosa Weber chegou a fazer uma “queixa informal” em reunião realizada anteontem, em que também estava o diretor-geral da Polícia Federal, Rogério Gallo, para tratar de outros temas. O pedido de investigação foi revelado pelo jornal *Folha de S.Paulo*.

O *Estadão/Broadcast* apurou que o ofício encaminhado à PF pede para que sejam identificados o autor e a origem da mensagem. “A resposta vai ser dada, a Polícia Federal vai investigar, e

nós vamos trazer um resultado”, completou o ministro.

Polêmica. Questionamentos sobre a lisura do processo eleitoral têm sido frequentes nessas eleições, com dúvidas lançadas por um de seus próprios concorrentes. Na disputa pela presidência da República, Bolsonaro já chegou a dizer que não aceitava resultado das eleições diferente de sua vitória.

Mais recentemente, no último dia 12, o candidato voltou a falar do assunto e disse que a suspeição vale somente para a votação para presidente. Ele, que disputa o segundo turno das eleições presidenciais com Fernando Haddad, do PT, defende a adoção do voto impresso nas eleições.

Segundo apurou a reportagem, o TSE tem recebido diariamente pelas redes sociais mensagens com tom de intimidação relativas às eleições deste ano. Várias delas questionam a segurança das urnas eletrônicas e do processo eleitoral brasileiro.

Os encaminhamentos teriam se intensificado nas últimas semanas, após o primeiro turno do pleito. A mensagem recebida no início da semana, no entanto, chamou atenção por ter sido direcionada a Rosa. “Espero que a senhora fique de olho”, diz um trecho do texto.

17 OUT 2018

O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO
ESTADÃO

Lula é condenado por tentar enganar a Justiça

O ex-presidente Lula foi condenado por litigância de má-fé, acusado de tentar enganar a Justiça no processo que envolve uma propriedade rural do petista em São Bernardo do Campo, ao lado do sítio Los Fubangos. O juiz da 1.^a Vara da Fazenda Pública José Carlos de França Carvalho Neto considerou que o petista prestou informações falsas à Justiça ao alegar que houve abuso de autoridade da parte da prefeitura que mandou embargar a construção de sua “unidade residencial para lazer”. A defesa de Lula nega a acusação e diz que vai recorrer.

● **pega na mentira.** Na sentença, o juiz diz que Lula “assegurara” em seu projeto que as obras não demandariam movimentação de terra, “o que não correspondeu à verdade”. O petista foi condenado a pagar multa de R\$ 1 mil, correspondente a 10% da causa.

● **A obra.** A “unidade residencial para lazer” de Lula tem 380 m² e estava sendo construída numa área de 20,5 mil m².

17 OUT 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Seguradora deve pagar conserto em oficina à escolha do cliente

Se o segurado efetua o reparo do veículo em oficina cujo orçamento havia sido recusado pela seguradora e assina um termo de cessão de créditos, a seguradora tem a obrigação de ressarcir a oficina pelas despesas, nos limites do orçamento aprovado por ela. A conclusão é da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça ao julgar recurso da Mapfre Seguros. A turma reduziu o valor que a seguradora terá de pagar a uma oficina ao montante do orçamento aprovado por ela, descontados os valores refe-

rentes à franquia, os quais já foram pagos diretamente pelo segurado.

No caso analisado, o segurado fez os reparos do veículo em oficina cujo orçamento de R\$ 4,4 mil havia sido recusado pela seguradora, que autorizou o conserto no valor máximo de R\$ 3 mil.

O cliente pagou o valor referente à franquia (R\$ 1,3 mil) e assinou um documento para que a oficina tivesse o direito de cobrar o restante da seguradora. O relator do caso no STJ, ministro Villas Bôas Cueva, destacou que, apesar

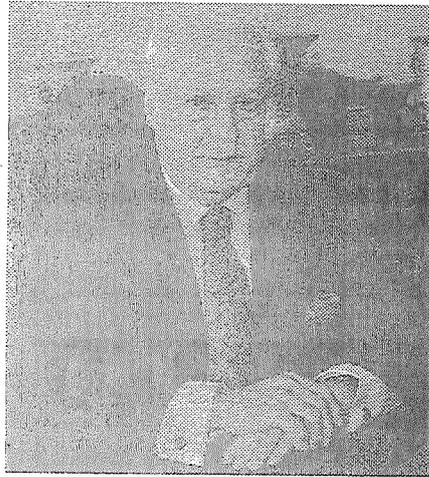
da negativa da seguradora, os serviços foram prestados, o segurado pagou a franquia e firmou um termo para que a oficina pudesse cobrar da companhia de seguros a diferença de valores.

As instâncias ordinárias entenderam que não houve sub-rogação convencional, tratando-se, na realidade, de mera cessão de crédito. O ministro afirmou que a oficina apenas prestou os serviços ao cliente, "ou seja, não pagou nenhuma dívida dele para se sub-rogar em seus direitos".

17 OUT 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

René Dotti lança livro



Nesta quarta-feira (17) o professor René Dotti lança sua publicação na Livraria da Vila, no Batel

O professor René Ariel Dotti lança o livro “Curso de Direito Penal – parte geral”, 6ª edição revista, atualizada e ampliada, nesta quarta-feira (17) a partir das 18h30, na Livraria da Vila, no Batel, em Curitiba. Com a colaboração acadêmica de Alexandre Knopffholz e Gustavo Scandelari, sócios da Dotti e Ad-

vogados, o livro, publicado pela Revista dos Tribunais, selo editorial da Thompson Reuters Brasil, recebeu importantes modificações para enfrentar questões dogmáticas contemporâneas de modo claro e objetivo. A 6ª edição do “Curso de Direito Penal – parte geral”, está disponível também em versão digital.

17 OUT 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

Michel Temer e mais 10 são indiciados por corrupção

A Polícia Federal entregou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) o relatório final do inquérito dos Portos, que indicia o presidente Michel Temer por organização criminosa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Outras dez pessoas são indiciadas no relatório, incluindo a filha do presidente, Maristela Temer. No caso de Maristela, o indiciamento se dá apenas por lavagem de dinheiro.

A PF também pediu sequestro e bloqueio de bens de todos os suspeitos, e a prisão de quatro deles. O caso foi encaminhado pelo ministro do Supremo Luís Ro-



Raquel Dodge tem até 15 dias para se pronunciar por parecer

berto Barroso para a Procuradoria Geral da República (PGR), que tem até 15 dias para se pronunciar por meio de parecer. A conclusão do delegado da PF Cleyber Malta Lopes, que comandou a investigação,

é que o presidente editou decreto de acordo com interesses do setor portuário, em troca de benefícios ilícitos. Para o delegado, Temer possui influência no Porto de Santos há mais de 20 anos. ■

Luiz Abi falta a audiência judicial no Líbano

Em viagem ao Líbano após autorização da Justiça, Luiz Abi Antoun, primo do ex-governador do Paraná Beto Richa, faltou a audiência da Operação Publicano, que apura um esquema de corrupção na Receita Estadual. Na segunda-feira (15), Luiz Abi, que é um dos réus do processo, seria interrogado.

Alvo de mandado de prisão da 55ª fase da Operação Lava Jato, deflagrada em 26 de setembro, Luiz Abi não chegou a ser preso, pois tinha embarcado para o exterior em

22 de setembro, dois dias antes de a defesa dele notificar o juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, no norte do Paraná, responsável pelos processos da Publicano.

Na Operação Publicano, as investigações do Ministério Público do Paraná (MP-PR) afirmam que ele fazia indicações de cargos para a Receita Estadual. Ele também é apontado como "gestor político" do órgão. Além disso, o empresário é suspeito de receber dinheiro arrecadado como propina. ■

17 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

Ceará suspende visita a presos após estupro de garota em cadeia

Menina de 11 anos foi violentada em presídio da região metropolitana de Fortaleza quando visitava o pai detido

SÃO PAULO O Governo do Ceará suspendeu as visitas de crianças a presos que cumprem pena por crimes sexuais em uma unidade prisional após uma menina de 11 anos ser estuprada em uma cela.

O crime, registrado no último sábado (13), ocorreu no Cepis (Centro de Execução Penal e Integração Social Vasco Damasceno Weyne), em Itaitinga, cidade da região metropolitana de Fortaleza.

De acordo com a Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania, do governo Camilo Santana (PT), a medida será mantida até a conclusão das investigações.

A menina foi atacada por um detento durante o horário de visitas, que vai das 9h às 16h. Ela estava acompanhada da mãe e visitava o pai, que cumpre pena no local.

A imprensa local a mãe da garota, que não quis ser identificada, disse que viu a filha sair da cela acompanhada do pai. Depois, afirmou ela, a menina foi levada por um outro detento.

A mãe da vítima contou ainda que, "após o descuido", comunicou o desaparecimento

da filha aos agentes penitenciários, que a encontraram só após o estupro ter ocorrido. A mãe da criança relatou que encontrou a filha muito assustada e com a calcinha suja de sangue.

O detento suspeito de estupro a menina foi identificado, isolado e transferido para outra unidade prisional. O local não foi revelado por medida de segurança.

Procurada para detalhar as investigações, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Ceará informou que a Delegacia Metropolitana de Itaitinga já investiga o crime e que não poderia repassar mais informações sobre o que ocorreu porque o caso está sob sigilo.

O presídio de Itaitinga é o maior do Ceará e foi inaugurado já superlotado em 2016. Com capacidade para abrigar 1.016 detentos, a unidade tem mais de 1.500 pessoas, de acordo com levantamento feito pela seção cearense da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). A penitenciária já registrou rebeliões no ano passado.

Segundo os dados mais re-

centes disponíveis, o Brasil registrou uma média de 164 casos de estupros por dia no ano passado.

Foram mais de 60 mil em 2017, conforme compilação feita pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Como a taxa de subnotificação desse tipo de crime é alta (estima-se que apenas entre 7,5% e 10% sejam comunicados à polícia), o total de casos do tipo pode passar de 500 mil por ano, de acordo com projeções.

Os estados com mais registros de estupros a cada 100 mil habitantes são Mato Grosso do Sul, Santa Catarina (que tem a menor taxa de mortes violentas intencionais do país no geral, considerando homens e mulheres) e Rondônia.

Na outra ponta, os que têm menor registro de casos são Espírito Santo, Paraíba e Rio Grande do Norte (estado mais letal do país, seja no número geral, seja no número de homicídios de mulheres).

O estado do Ceará é o que registra a sexta menor taxa do delito, de acordo com o levantamento. Em 2017, foram 19,5 casos por grupo de 100 mil habitantes.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

17 OUT 2018

RAQUEL NA BALANÇA

A permanência de Raquel Dodge no comando da PGR (Procuradoria-Geral da República) já não é considerada líquida e certa caso Jair Bolsonaro (PSL) vença a eleição. O mandato dela vence em setembro de 2019. O novo presidente pode reconduzi-la, ou não, ao cargo por mais dois anos.

FORA DE ORDEM Advogados e juízes ligados ao grupo mais próximo do presidencial dizem que o assunto nem sequer está no radar dele. E afirmam que, dado o trabalho da procuradora-geral, considerado sério, ela poderia, sim, ser mantida no cargo.

TUDO CUIDADO Além disso, Dodge teria apoio da classe para permanecer — e Bolsonaro não iria criar uma zona de atrito justamente com os procuradores.

NUVENS A hipótese de mudança preocupa integrantes do Ministério Público Federal e já é assunto até entre ministros de tribunais superiores — muitos apostam que ela será preterida na escolha.

EU ACUÇO Em abril, a procuradora-geral denunciou Bolsonaro ao STF (Supremo Tribunal Federal) por racismo.

DE NOVO A Polícia Federal instaurou mais de um inquérito para apurar ameaças à presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Rosa Weber. A primeira investigação foi noticiada na terça (16) pelo Painel.

EM PAUTA O Tribunal de Justiça de SP julga nesta quarta (17) um recurso da defesa do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra (1932-2015) contra a decisão judicial de 2012 que o condenou a pagar indenização à viúva e à irmã do jornalista Luiz Eduardo Merlino, morto em 1971 em decorrência de torturas do regime militar.

17 OUT 2018

FOLHA DE S. PAULO

Ex-PM é condenado a 15 anos por desvio de verba

Rogério Pagnan

SÃO PAULO A Justiça Militar de São Paulo condenou na noite de segunda-feira (15) o ex-tenente José Afonso Adriano Filho a 15 anos, seis meses e 15 dias de prisão por supostos desvios dos cofres públicos.

O ex-oficial, que está preso deste março de 2017, declarou-se inocente e vai recorrer da decisão ainda preso.

Essa foi a segunda condenação do Adriano Filho por suspeitas de fraude em concorrências realizadas por ele quando comandava o setor de licitação do comando da Polícia Militar, entre 2005 e 2012.

Na primeira condenação, em fevereiro deste ano, a Justiça determinou que ele cumpria 16 anos e meio de prisão.

Adriano Filho responde a outros 20 processos, desdobramentos de uma série de reportagens publicadas pela Folha em 2015. Ao todo, o

esquema comandado por ele teria desviado mais de R\$ 200 milhões ao longo dos anos.

As reportagens revelaram, por exemplo, um esquema montado para desvio de verbas públicas por meio de uma rede de empresas fantasmas.

Por determinação do ex-secretário da Segurança Alexandre de Moraes, a Corregedoria montou uma força-tarefa e constatou as irregularidades.

As fraudes ocorreram em diferentes governos tucanos — de Geraldo Alckmin, José Serra e Alberto Goldman (PSDB), além de Cláudio Lembo, do então PFL, atual DEM.

Duas empresas citadas à época são a Comercial das Províncias e a Construworl, que funcionaram no mesmo endereço (uma casa em obras) e que usaram a mesma conta para receber do Estado.

A nova condenação se refere de irregularidades envolvendo a Comercial.

No ano passado, o ex-oficial escreveu uma carta com a indicação de 18 supostos esquemas na PM. O intuito dele, segundo a defesa à época, era tentar uma delação premiada para reduzir a pena.

As tratativas não avançaram porque o ex-PM não conseguiu apresentar provas.

Em entrevista à Folha em 2015, quando admitiu parte das irregularidades, ele afirmou ter feito tudo com conhecimento dos superiores e para benefício da corporação.

Ele argumentava que usava o dinheiro de licitações fraudadas para comprar produtos para a própria PM. “Não fiz nada sem ordem. Todas as melhorias executadas, não só no Quartel do Comando-Geral como em outras unidades, tinham ciência e autorização dos superiores”, afirmou na ocasião, sem citar nomes.

A Folha não conseguiu contato com a defesa do ex-PM.

17 OUT 2018

BEMPARANÁ TSE determina remoção de vídeos sobre 'kit gay'

Ministro de tribunal diz que acusação de Bolsonaro contra Haddad sobre livro é falsa

O ministro Carlos Horbach, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinou a remoção de seis postagens no Facebook e no YouTube em que o candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro, faz críticas ao livro "Aparelho Sexual e Cia." e afirma que a obra integraria material a ser distribuído a escolas públicas na época em que Fernando Haddad (PT) comandava o Ministério da Educação.

No vídeo, Bolsonaro afirma que o livro é "uma coletânea de absurdos que estimula precocemente as crianças a se interessarem pelo sexo". "No meu entender, isso é uma porta aberta para a pedofilia", diz o candidato do PSL, que ainda afirma que "esse é o livro do PT". Em nota, o Ministério da Educação (MEC) já afirmou em diversas oportunidades que não produziu nem adquiriu ou distribuiu "Apa-



Bolsonaro: "Esse é o livro do PT"

relho Sexual e Cia.", esclarecendo que o livro é uma publicação da editora Companhia das Letras publicada em 10 idiomas.

"É igualmente notório o fato de que o projeto 'Escola sem Homofobia' não chegou a ser executado pelo Ministério da Educação, do que se conclui que não ensejou, de fato, a distribuição do material didático a ele relacionado. Assim, a difusão da informação

equivocada de que o livro em questão teria sido distribuído pelo MEC gera desinformação no período eleitoral, com prejuízo ao debate político, o que recomenda a remoção dos conteúdos com tal teor", concluiu Horbach.

'Pânico' - Os advogados do PT afirmam que, em entrevista ao Jornal Nacional, da TV Globo, no dia 28 de agosto, Bolsonaro mentiu e difundiu a falsa ideia de que o livro seria distribuído em escolas públicas.

Em outra representação, o ministro negou um pedido do PT para remover uma entrevista de Bolsonaro concedida ao programa "Pânico", na qual o deputado federal faz referência ao material didático do projeto "Escola sem homofobia" como sendo o "kit gay", atribuindo a responsabilidade pela sua elaboração ao candidato do PT à Presidência da República, Fernando Haddad.

17 OUT 2018

METRO

Ex-presidente do IAP tem direitos políticos suspensos

A Vara da Fazenda Pública de Paranaguá, no litoral do estado, condenou o ex-presidente do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) Luiz Tarcísio Mossato Pinto por ato de improbidade administrativa em decorrência de abuso de poder no exercício da função. Ele foi afastado de funções públicas e teve os direitos políticos suspensos por três anos e terá ainda de pagar multa no valor de dez vezes sua última remuneração na época dos fatos,

Segundo o MP-PR (Ministério Público do Paraná), que propôs a ação, entre 2013 e 2014 Mossato afastou da área de fiscalização um servidor por autuar empresas em função de irregularidades ambientais. A justiça condenou ainda outro funcionário do IAP e anulou as duas portarias que determinavam o afastamento do servidor do escritório de Paranaguá. O órgão não se manifestou sobre o tema.

Mossato (que concorreu ao cargo de deputado estadual neste ano, pelo PSDB,



Segundo o MP, Mossato afastou servidor por autuar empresas / DIVULGAÇÃO/AEN

"O tribunal já julgou que é prerrogativa do presidente do órgão fazer a transferência quando há importância no assunto"

LUIZ MOSSATO, EX-PRESIDENTE DO IAP

mas não foi eleito) disse que vai recorrer da decisão. "Não me admira essa decisão, até porque é de primeira instância. Nós já tivemos uma ação como essa e o tribunal já jul-

gou que é prerrogativa do presidente do órgão fazer a transferência quando há importância no assunto", afirmou o ex-presidente do IAP.

Segundo Mossato, o servidor afastado respondia a um processo administrativo no órgão, que é ligado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente. "Ele tinha um processo administrativo dentro do IAP por suposto desvio de conduta, por suas ações de fiscalização e licenciamento".

● METRO CURITIBA